

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2023

Informações da Seção de Contabilidade

Seção de Contabilidade da Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade é responsável pelas atividades de conformidade de gestão dos atos e fatos contábeis do TRESP, bem como pela conferência e publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Órgão, cálculo dos reajustes/reapropriações de contratos de prestação de serviços/locações e acompanhamento das demonstrações contábeis/financeiras do TRESP.

- Seção composta por 3 servidores de carreira, com formação /experiência na área contábil/administrativa. (1 Analista Judiciário - Área Administrativa - Contador, 1 Analista Judiciário - Área Administrativa, e 1 Técnico Judiciário - Área Administrativa)

- Responsável pela Seção/Chefe Titular: Marcos David Fermino , CRC/SC - 024.866/O-9 - matrícula funcional 106305, Analista Judiciário - Área Administrativa - Contador.

Demais Servidores :

Claudio Roberto Januário - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Vilson Raimundo Rezzadori - Analista Judiciário - Área Administrativa

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei n. 4.320/1964

Principais diretrizes contábeis

Processo de convergência às novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A Portaria n. 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN deveria promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Decreto n. 6.976/2009 atribuiu à STN a competência para promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

A Portaria STN n. 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, determinando que a Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais deverá ser adotada pelos entes da Federação gradualmente a partir do exercício de 2012 e integralmente até o final do exercício de 2014.

No exercício financeiro de 2016, o PCASP já estava integralmente implantado no âmbito da Justiça Eleitoral.

Mecanismos de Controle dos Procedimentos Contábeis

Os procedimentos adotados para o encerramento do exercício financeiro de 2023, que seguiram os parâmetros definidos na orientação SOF/TSE n. 03, de 24.11.2023, estão amparados pelo Manual SIAFI Web, código 02.03.18, e ainda pelo Manual código 02.03.17 – Restos a Pagar e 02.03.15 – Conformidade Contábil. Subsidiariamente, aplicam-se dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar no 101/2000), da Lei n. 4.320/64, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 (Lei 14.436, de 09 de agosto de 2022), do Decreto n. 93.872/86 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 9ª edição e as Orientações Normativas SOF/TSE no 10/2018, 12/2019, 15/2022 e 17/2022. Os atos e fatos contábeis foram registrados em conformidade com as normas supracitadas, visando garantir a confiabilidade e a regularidade da informação contábil.

Por fim, cabe salientar que os registros contábeis foram devidamente cotejados com os controles internos das demais unidades da Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – COFIC.

Com relação às informações sobre o setor de contabilidade, o art. 23 da Res. TRES n. 7.930/2015 assim dispõe:

“Art. 23. À Seção de Análise Contábil cumpre:

I - exercer a fiscalização contábil, orçamentária, financeira e patrimonial em face dos princípios constitucionais e da legislação aplicável;

[...]

Principais grupos/contas das Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2023

PRINCIPAIS SALDOS /CONTAS - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2023			
GRUPO/CONTA	2023	2022	Variação - %
	R\$		
Ativo Permanente - Bens Móveis	96.002.793,50	R\$ 77.763.252,56	23,46%
Ativo Circulante - Disponibilidade	R\$ 3.083.121,72	R\$ 1.271.502,92	142,48%
Resultado do Exercício	R\$ 6.854.253,34	R\$ 17.378.558,74	-60,56%
Ajuste de Exercícios Anteriores	R\$ 5.782.489,29	-R\$ 342.428,92	1788,67%

No Balanço Patrimonial consta o valor de Ajuste de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 5.782.489,29 (positivo). Esse valor decorre de ajustes na reavaliação das urnas eletrônicas, conforme lançamentos efetuados pela Seção de Almoxarifado e Patrimônio no SIAFI, o que impactou diretamente o aumento do grupo do Ativo Permanente, relativo aos bens móveis, da ordem de 7,44% em relação ao exercício anterior. O restante do acréscimo ocorrido no exercício foi em razão de novos investimentos em bens móveis.

No que se refere ao resultado do exercício, a razão mais relevante para o decréscimo ocorrido em relação ao exercício financeiro de 2022 foi a redução da receita corrente no item de transferências recebidas. A redução foi no montante de R\$ 9.916.983,37. Esse valor representa 94,23% da redução ocorrida.

O teor da Res. TRESA n. 7.930/2015 pode ser acessado por meio do link <http://apps.tre-sc.jus.br/site/legislacao/normas-administrativas/resolucao-tresc/2015/res-tresc-7930-2015-regulamento-interno/index.html>

Em relação à Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil, o TRESA não foi objeto de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público.

Os balanços, demonstrações e notas explicativas podem acessadas por meio do link <https://www.tre-sc.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/orcamento-financas-e-pagamentos/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas>